



GT – 6: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO A PARTIR DO CIRCUITO ARARIBOIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NITERÓI-RJ:

O cotidiano da Feira da Economia Solidária de Itaipu

Luísa Marques Dias

Doutoranda em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

luisa.mgeo@gmail.com

RESUMO:

Para este artigo, pretende-se destacar as relações sociais de produção que são estabelecidas a partir das feiras do Circuito Arariboia de Economia Solidária, no município de Niterói, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e como essas relações transbordam o âmbito econômico. A partir daí, realizamos uma conexão de como os espaços de comercialização da Economia Solidária são motivadores de relações sociais de produção para além da lógica mercadológica, com um destaque territorial para as transações cotidianas na Feira de Economia Solidária de Itaipu, produtoras de sociabilidade.

Palavras-chave: Cotidiano; Sociabilidade; Economia Solidária

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende desenvolver uma reflexão acerca das Relações sociais de produção estabelecidas a partir do Circuito Arariboia de Economia Solidária no município de Niterói-RJ, com ênfase na Feira de Economia Solidária de Itaipu. Este artigo está dividido em três partes, além da introdução. Na primeira, apresentamos o conceito de relações sociais

de produção a partir de Henri Lefebvre e como essas relações transbordam o âmbito econômico a partir do Circuito Arariboia de Economia Solidária de Niterói.

No segundo momento, apresentamos a relação do Circuito Arariboia com o Fórum de Economia Solidária Niterói, até chegar na organização da Feira de Economia Solidária de Itaipu e sua sociabilidade cotidiana. Percebemos que as relações comerciais na Feira de Itaipu transcendem os valores econômicos, abrangendo valores culturais, simbólicos, políticos e culturais, retomando o conceito de relações sociais de produção a partir do território pesquisado. Na última parte, apresentamos algumas considerações finais sobre a problemática do texto.

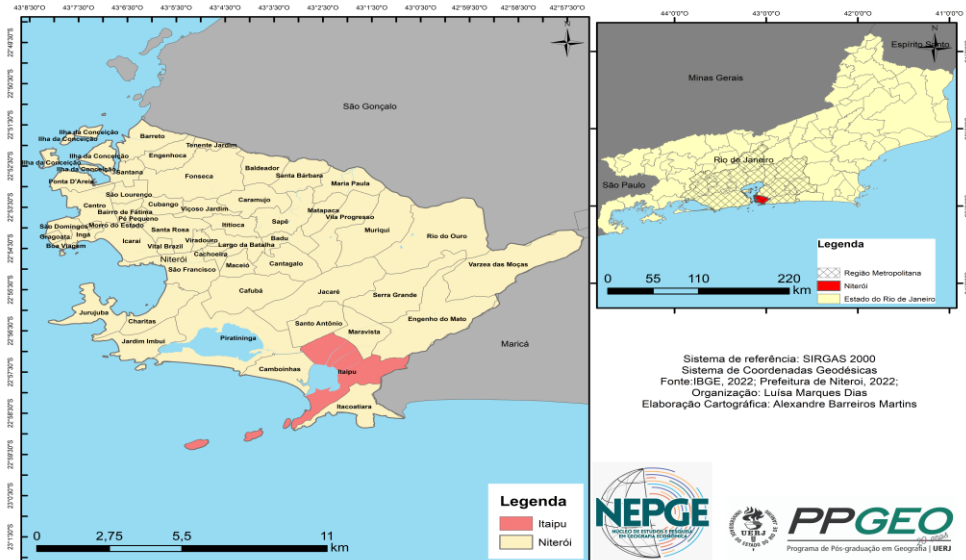
O município de Niterói está situado dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma área territorial de 133.757 km², uma população estimada em 481.749 habitantes e de uma densidade demográfica de 3.601,67 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o censo do IBGE de 2022¹. É dividido por 5 regiões administrativas, são elas: Praias da Baía, Norte, Oceânica, Pendotiba e Leste, totalizando 52 bairros distribuídos nessas regiões. Cabe enfatizar que o topônimo Niterói é de origem Tupi e significa “água escondida”², assim como tantos outros na cidade.

Itaipu é um dos bairros de Niterói e está localizado na Região Oceânica, como podemos observar no mapa a seguir. Por ser um ambiente litorâneo e lagunar parcialmente preservados, possui um alto índice de biodiversidade que compreende uma variedade de peixes, aves, jacarés e alguns fragmentos florestais nativos, além de serem muito utilizados como prática do turismo e lazer.

1 Censo Niterói. Panorama. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>> Acessado em: 17 de julho de 2024

2 Cultura Niterói. Nittheroy, história de Niterói. Cultura Niterói, 2023. Disponível em: <<https://www.culturaniteroi.com.br/blog/nittheroy/430>> Acessado em 03 de abril de 2024

Mapa 1: Bairros de Niterói com destaque para Itaipu



Fonte: IBGE, 2022; Prefeitura de Niterói, 2022.

No município de Niterói foi implementado o Circuito Arariboia enquanto política pública, no qual acontecem a comercialização de produtos da Economia Solidária através das feiras e de espaços físicos fixos. Esse circuito, apesar de ter sido criado em julho de 2018, foi estabelecido como uma das ações da Política Municipal de Economia Solidária de acordo com a Lei 3.473 de janeiro de 2020, que tem por objetivo “contribuir para a integração das estratégias gerais de desenvolvimento solidário e social, de forma justa e sustentável.”³. Essa institucionalização foi considerada um avanço significativo para o Fórum de Economia Solidária de Niterói, porém ainda insuficiente como aborda Valmor Schiochet:

A lei por si só é importante, mas não resolve o problema da institucionalização. Porque a institucionalidade não é legalizar simplesmente, é criar as condições políticas para que qualquer governo fique constringido do ponto de vista social e moral a implementar um

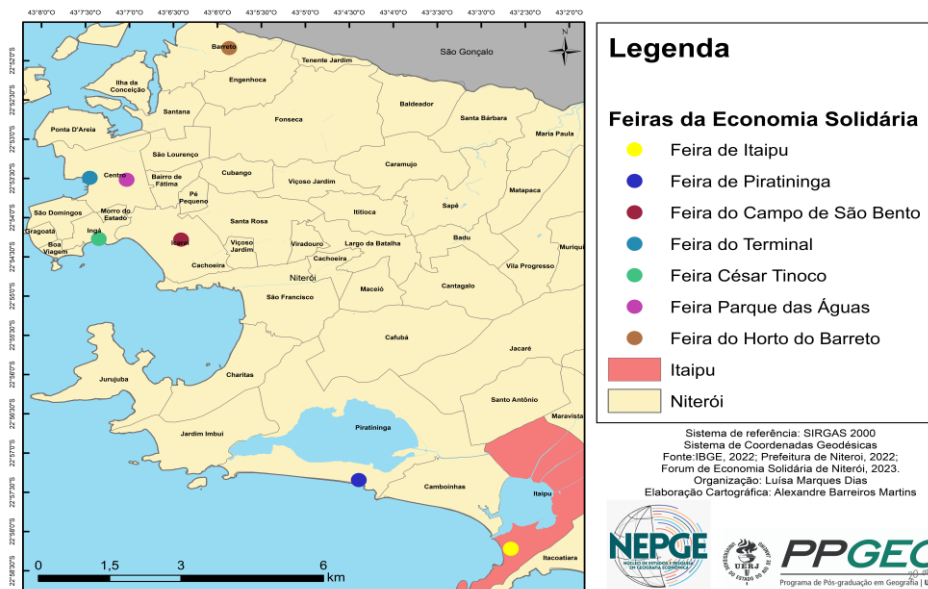
3 NITERÓI. Lei nº 3.473, de 20 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a Política Municipal de Economia Popular Solidária. PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 20 DE JANEIRO DE 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2020/348/3473/lei-ordinaria-n-3473-2020-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-economia-popular-solidaria>> Acessado em: 23 de junho de 2024.

conjunto de ações de apoio à Economia Solidária. (SCHIOCHET, p.451, 2011).

Atualmente o Circuito Arariboia conta com 8 espaços de comercialização, são eles: o centro público de referência em economia solidária Paul Singer, popularmente chamada de “Casa Azul”, com endereço fixo no centro da cidade, funcionamento de segunda a sexta-feira com o intuito de realizar a comercialização de produtos e de cadastro de novos Empreendimentos Solidários; a feira César Tinoco no bairro do Ingá, acontece todas as quartas-feiras de 7h às 14h; feira no terminal João Goulart no centro da cidade, acontece quinzenalmente às quintas-feiras de 8h às 18h; a feira do Campo de São Bento em Icaraí, de 7h às 14h quinzenalmente aos sábados; a feira da Praça das Amendoeiras localizada na praia de Itaipu, funciona de 8h às 16h todos os sábados; feira do espaço Praça das Águas, situada na Praça das Águas no centro da cidade, acontece quinzenalmente de 8h às 14h às sextas-feiras; feira Horto do Barreto situada no local de mesmo nome e acontece de 8h às 14h todos os sábados e a feira da Praça do toboágua em Piratininga que ocorre todos os domingos de 8h às 16h. (FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE NITERÓI⁴). O mapa a seguir especializa esses espaços de comercialização no município de Niterói.

4 Ecosol Niterói. Espaços de comercialização. Disponível em: <<https://www.ecosolniteroi.org/circuito-arariboia>> Acessado em: 25 de julho de 2024.

Mapa 2: Feiras do Circuito Arariboia



Fonte: IBGE, 2022; Prefeitura de Niterói, 2022; Fórum de Economia Solidária de Niterói, 2023.

Cabe enfatizar que até 2018 existiam aproximadamente 100 Empreendimentos Solidários e apenas uma única feira do Circuito Arariboia, a do Terminal situada no Centro. Hoje são em torno de mil empreendimentos inscritos no Fórum, um aumento significativo, principalmente após o período de pandemia. No Mapa 2 acima, podemos identificar a disposição do Circuito Arariboia em toda a cidade de Niterói. Assim, fica nítido a ausência de feiras nas Regiões Leste e nas periferias, privilegiando principalmente locais no Centro, Icaraí e Região Oceânica.

O Circuito Arariboia está relacionado ao Fórum de Economia Solidária de Niterói. Sendo assim, para participar do Circuito Arariboia, os Empreendimentos de Economia Solidária⁵ devem cumprir uma série de requisitos, tais como o cadastro no Fórum, a participação ativa nas plenárias organizadas pelo Fórum e um curso de formação em acolhimento fundamentado na educação popular, buscando uma educação continuada para compreender de fato os princípios da Economia Solidária e não apenas a venda em si.

5 Utilizamos a nomenclatura de Empreendimentos de Economia Solidária, visto ser a denominação utilizada na categoria normativa em leis e estatutos, mas também na categoria da prática entre os integrantes da Economia Solidária.

Este curso de acolhimento pretende introduzir o conceito de Economia Solidária para que as(os) mobilizadoras(es) do empreendimento possam se familiarizar com o grupo e compreender que a Economia Solidária não é apenas um destino para o escoamento da sua produção, mas também um movimento de articulação política, percebendo que as pessoas que estão ali possuem voz nas instâncias superiores por meio de representação em assembleias de rotina. Importante lembrar Paul Singer a respeito da significância da Economia Solidária, “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER, 2002, p.10).

Diante dessas proposições, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre as feiras de Economia Solidária na cidade de Niterói, com ênfase na Feira de Economia Solidária de Itaipu, como locais de reprodução das relações sociais de produção específicas, que se conectam com uma forma de produção social do espaço. O pressuposto que embasa o texto é que as feiras da Economia Solidária não se preocupam apenas com a função econômica, mas também com o conteúdo do afetos, do acolhimento, das relações políticas, sociais e culturais estabelecidas no cotidiano, além do trabalho de base a partir dos princípios da Economia Solidária.

Em termos metodológicos de investigação de cunho qualitativo, objetivamente o trabalho se baseia na observação participante acompanhada por registros sistemáticos de campo, buscando uma descrição densa, acompanhada do levantamento bibliográfico e da análise documental a partir de documentos físicos e eletrônicos, como relatórios, apresentações, leis, estatutos, além dos registros situados nas plataformas virtuais das páginas de redes sociais e sites oficiais do Circuito Arariboia, da Prefeitura de Niterói e do Fórum de Economia Solidária de Niterói.

2. RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO A PARTIR DO CIRCUITO ARARIBOIA

A partir de uma dimensão espacial e urbana, Henri Lefebvre amplia o conceito de relações de produção de Marx. Este último é considerado materialista, focado apenas nos bens e utensílios de subsistência e econômicos, influenciados pela superestrutura da sociedade, o que é insuficiente para compreender as dinâmicas da sociedade contemporânea, como Lefebvre argumenta. A ampliação desse conceito resulta nas relações sociais de produção (LEFEBVRE,

1973) que não se limitam às relações econômicas, mas também às que estruturam a vida cotidiana da sociedade a partir de uma perspectiva holística.

Portanto, as relações sociais de produção, segundo o autor, não se reduzem apenas às relações econômicas, elas extrapolam as análises da economia política tradicional. O autor aprimora o conceito incorporando a produção social do espaço no cotidiano, ou seja, as relações sociais de produção não estão restritas apenas à produção de bens materiais tangíveis, mas também às relações sociais do espaço. Essas relações sociais de produção, reproduzidas no cotidiano a partir dos indivíduos, são estipuladas por relações sociais mais amplas, como políticas, culturais e econômicas, sendo assim, multifacetadas.

Tomemos como exemplo o espaço social. Este, que é o lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento. (LEFEBVRE, 1973, p.17)

A partir da reprodução das relações sociais de produção, o espaço social é moldado a partir das relações de poder, em que diferentes grupos, ou classes sociais, disputam o domínio sobre algo, ou alguma coisa. Nesse sentido, o território analisado é atravessado por relações de poder, no qual “[...] o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

Dessa forma, essa disputa não se restringe apenas à esfera econômica, mas também aos aspectos da vida social. Essas relações de poder podem envolver relações de subordinação entre grupos sociais, podem se manifestar através do controle de um território físico e social, que podem ocasionar em conflitos e resistências. Nesse sentido, as relações de poder, a partir da reprodução das relações sociais de produção, buscam moldar o espaço físico, mas também as relações sociais, culturais e econômicas da sociedade, ou seja, a produção social do espaço.

Essa relação de poder estabelecida é dialética, caracterizado por movimentos contraditórios e constantes. Ou seja, as contradições não são estáticas, mas sim dinâmicas, em que diferentes interesses - sejam eles econômicos, sociais, culturais ou políticos - podem entrar em conflito. Lefebvre também acredita que a dialética oferece uma perspectiva holística das relações sociais de produção, com a intenção de compreender a totalidade do social e de analisar as contradições e os movimentos da sociedade no espaço urbano. Em outras palavras,

compreender como as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas interagem e influenciam na reprodução das relações sociais de produção.

Dessa forma, a dialética é uma ferramenta que permite compreender como as contradições sociais e espaciais interferem na dinâmica das relações sociais de produção e do espaço urbano, podendo ser uma alteração positiva ou negativa, dependendo do eixo de análise. Assim, o espaço urbano é produto e produtor das relações sociais de produção. Essa produção do espaço é refletida na Feira de Economia Solidária de Itaipu a partir das relações sociais de produção estabelecidas no cotidiano das interações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Um diferencial de grande potencialidade das feiras de Economia Solidária em relação às feiras tradicionais livres é que os feirantes precisam ser produtores do seu próprio produto, o que acaba por envolver, na maioria das vezes, toda a família no processo de fabricação até a comercialização. Ou seja, não são permitidos produtos que sejam de revenda, já que estes passam por diversos setores e por vários atravessadores até chegarem ao consumidor final com um preço elevado, estabelecendo a terceirização da produção e do comércio, focando apenas no lucro do atravessador. Grandes empresas de cosméticos popularmente conhecidas como Natura e Avon, operam no sistema de revenda que constituem na remuneração apenas por produtividade e “[...] uma força de trabalho destituída de qualquer direito trabalhista, tais como salário fixo e jornada definida.” (FIOROTTI, p.123, 2018), enquanto essas empresas aumentam seu lucro.

Portanto, nas Feiras de Economia Solidária o feirante precisa elaborar seu próprio produto, ou seja, quem planta, colhe e comercializa. Essa situação, inclusive, proporciona um maior renda para o produtor, uma vez que ele escoar sua produção até o destino, dispensando a utilização de intermediários que atuam como revendedores, além de possibilitar um preço mais justo ao consumidor que adquire os produtos diretamente. Esta é a distinção entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho, em que este último muitas das vezes é de exploração.

Nesse sentido, com base na venda direta para o consumidor final, o feirante estreita laços e fixa uma clientela. A partir dessa categoria, os trabalhadores permanecem proprietários dos meios de produção, ainda que em escalas reduzidas, assim conseguem acumular capitais para eles mesmos e não para uma entidade superior, promovendo a emancipação econômica e social pelo trabalho, incentivando a participação e a tomada de decisão pelos próprios trabalhadores.

É importante ressaltar que as feiras de Economia Solidária em geral beneficiam a população local, criando circuitos curtos de produção, que além do encurtamento das distâncias possibilita a circulação de finanças locais. Os circuitos curtos de produção e consumo questionam o modelo tradicional da Revolução Verde que incentiva o uso de agrotóxicos, alimentos ultra processados e de monocultura.

Cabe enfatizar que os circuitos curtos não são apenas o encurtamento das distâncias entre produto e consumidor final, mas também pode ser considerada uma ferramenta para estimular a economia de empresas locais, circulação de finanças locais e que absorvam a mão de obra local. Em geral, o consumidor paga menos e o produtor recebe mais (OLIVEIRA 2018). Essa proximidade minimiza problemas dos altos custos de deslocamento a partir das distâncias geográficas percorridas (transporte, combustível, energia), necessidade de embalagens por maior período (uso de plástico a vácuo, refrigeração), e favorece a desconcentração do poder das grandes redes varejistas.

Nas feiras do Circuito Arariboia podemos encontrar produtos dos mais variados gêneros como alimentos orgânicos da agricultura familiar e de cooperativas, artesanato, roupas, bonecas, bijuterias, joias, acessórios, fantoches, brinquedos, itens de decoração, marcenaria, gastronomia como pastéis, bolos, doces, pães, antepastos, geleias, tapiocas, pizzas, massas, refeições individuais, charcutaria, cerveja artesanal, méis, plantas naturais, flores, mudas e demais objetos, mesmo que nem todos os produtos estejam na feira ao mesmo tempo. É possível encontrar também diversos serviços como massoterapia, jardinagem, consultoria, apresentações culturais, oficinas, costura, compostagem entre outros.

Em geral, as feiras se constituem como uma modalidade de mercado varejista ao ar livre com periodicidade semanal, voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos para o abastecimento urbano, além de ser uma experiência de sociabilidade espontânea e uso da rua. (MASCARENHAS & DOLZANI, p.75, 2008). O espaço da rua se manifesta como lugar de socialização, seu uso “apresenta como lugar de possibilidades, lugar de encontros, lugar de visibilidade e o não lugar das convenções, do controle e da restrição” (SIMÃO, 2014).

Nas feiras é onde se concretizam e se divulgam os princípios da Economia Solidária, pois é onde se torna visível publicamente esses valores. Assim, as feiras materializam a teoria com ação prática, desencadeando a práxis social, pois “separar teoria e prática é puro idealismo.

Práticas solidárias surgem da experiência e não do desejo ou da consciência.” (FRANÇA et al, p.40, 2008), já que teoria não precede a prática.

Percebemos, portanto, que as feiras de Economia Solidária podem ser definidas como espaços onde ocorrem a transação ou a comercialização de produtos, mas não só isso. São lugares de comunicação e trocas sociais, são relações estabelecidas para além da lógica estrita do capital, já que potencializa o local dos encontros e vivências compartilhadas nos espaços de sociabilidade e usos efetivos da cidade.

3. SOCIABILIDADE TERRITORIAL COTIDIANA NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ITAIPU

Desde 2003, no Brasil, existe a Política Pública Nacional de Economia Solidária vinculada à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), secretaria especial atrelada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁶. Como uma das estratégias de mobilização social, existe o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), constituído pela sociedade civil organizada com o intuito de acompanhar e fiscalizar a implementação das Políticas Públicas de Economia Solidária, atuando em diálogo com movimentos sociais: “O FBES busca a confluência entre as forças existentes no movimento de economia solidária e sua participação ativa em comitês, grupos de trabalho, no Conselho Nacional de Economia Solidária, junto ao legislativo e em outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas”. (FBES, s/d)⁷.

Vinculado ao FBES, na instância municipal existe o Fórum de Economia Solidária de Niterói (FES-NIT), fundado em março de 2009, serve como um instrumento da sociedade civil organizada e do movimento de Economia Solidária, no intuito de acompanhar e fiscalizar a

6 Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Popular Solidária. GOV, [s.d]. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>> Acessado em 19 de março de 2024.

7 Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O FBES. FBES ORG, [s.d]. Disponível em: <<https://fbes.org.br/o-fbes/>> Acessado em 11 de janeiro de 2024.

execução das Políticas Públicas de Economia Solidária. Foi implementada a Lei Nº 3.473 de 20 de janeiro de 2020⁸, uma Política Pública dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), que institui a Política Municipal de Economia Popular e Solidária. De acordo com essa Lei Municipal a empresa fica proibida de terceirizar seus produtos, sua venda e sua mão de obra, sendo vedada a revenda de produtos.

De certa forma, os fóruns são um aparelho de comunicação e representação da sociedade civil com o Estado e o mercado, a partir da mediação política. São nas reuniões mensais do fórum que é possível construir propostas para a transformação social, cobrança de direitos e outras formas de equilíbrio contratual com o Estado. São espaços estratégicos para ampliação da participação popular e o acesso à informação às políticas públicas.

O Circuito Arariboia, por estar vinculado à Economia Solidária, possui aspectos diferentes de uma feira tradicional e livre pois busca implementar os princípios da Economia Solidária, que são: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito ao meio ambiente e comércio justo e solidário. Brevemente, a autogestão pressupõe que os trabalhadores e trabalhadoras sejam donos dos meios de produção, sem a relação entre patrões e empregados; a democracia significa o respeito a decisão dos feirantes de forma equitativa; a cooperação é a ação conjunta para atingir um objetivo comum, contrário à competição; o respeito ao meio ambiente implica na maior utilização de materiais recicláveis e menor uso de plástico; e o comércio justo e solidário prevê o emprego de um preço justo a determinado produto, considerando os custos e o tempo necessário para a produção.

Assim, a Economia Solidária busca atingir os princípios da colaboração, do associativismo e da autogestão (SINGER, 2002), em que pessoas, grupos ou entidades se organizam coletivamente, operando na lógica do preço e do comércio justo, baseado na sustentabilidade, na relação em equilíbrio com a natureza e nos valores da emancipação pelo trabalho, sem exploração da força de trabalho e sem a relação patrão-empregado que ocorre no modo de produção predominante capitalista.

8 RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.473, de 20 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a Política Municipal de Economia Popular Solidária. PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 20 DE JANEIRO DE 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2020/348/3473/lei-ordinaria-n-3473-2020-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-economia-popular-solidaria>> Acessado em: 17 de setembro de 2024

Mesmo que esses princípios citados acima não consigam ser executados por completo, é visível a partir de trabalhos de campo realizados na Feira de Economia Solidária de Itaipu, que existe um esforço e uma intenção dos feirantes em executá-los. Percebemos isso na mudança de postura dos feirantes que substituíram embalagens de plástico para as de papelão, iniciaram a utilização de Ecocopos não descartáveis, e embalagens retornáveis como as de cerveja ou caixa de ovos, o que acaba por estabelecer uma relação de afinidade entre os fregueses e feirantes nesta devolução.

Uma característica que destaca a Feira de Economia Solidária de Itaipu das demais feiras do Circuito Arariboia são as atrações culturais e musicais que são promovidas todos os sábados. Há um cuidado pela gestão da feira, em contratar músicos da cidade de Niterói, justamente com o intuito de fomentar a economia local, dando visibilidade para esses artistas locais. O cachê da banda é dividido pelo número de expositores que atualmente são cerca de 50 empreendimentos, além do chapéu solidário que é passado para os transeuntes colaborarem, se assim quiserem.

Na Figura 1 abaixo, podemos observar o ambiente arborizado, a tenda com os músicos, a disposição das barracas, alguns dos produtos sendo comercializados e as interações cotidianas de sociabilidade.

Figura 1: Feira de Economia Solidária de Itaipu



Fonte: Facebook Feira de Economia Solidária de Itaipu, 2023.

A criação desse ambiente descontraído, que se transforma aos sábados, deixa os clientes mais à vontade, fazendo com que eles permaneçam por mais tempo na feira, para ouvir uma música interessante e conversar, criando laços de afinidade com o território e com os sujeitos envolvidos. Além do mais, por ser um local público e gratuito, reúne uma série de ativistas locais, ambientalistas e de movimentos sociais do bairro e acaba por se tornar um território construído socialmente, propício para discussões políticas (propriamente no espectro das esquerdas) de propostas sociais do futuro, ou seja, mais um espaço de sociabilidade local.

É importante frisar que, para além da inclusão social e cultural, existe uma atenção do coletivo da Feira de Itaipu para com o território em que está inserido, carregando as singularidades culturais e artísticas, fortalecendo o patrimônio imaterial e suas raízes históricas, principalmente com o forte vínculo com a comunidade tradicional de pescadores de Itaipu. Atualmente, com a praia de Itaipu lotada de mesas, cadeiras e guarda-sóis, a pesca artesanal está sendo cada vez mais suprimida pelo comércio local em que, a partir de relato dos pescadores, não conseguem espaço para esticar as redes e consertá-las. Portanto, é fundamental realizar esse resgate da cultura tradicional local através de oficinas ofertadas pelos pescadores na Feira de Itaipu, enfatizando-os como protagonistas da própria história, além promover a visibilidade da causa e fortalecer as expressões culturais e tradicionais daquele território.

A partir de uma visão integradora e relacional do conceito de território, Rogério Haesbaert (2019) expõe a complexidade das relações entre espaço, sociedade e poder. Território é uma construção social, cultural e política, moldado por e pelas relações sociais de poder, “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.” (HAESBAERT, 2019, p.82).

Assim, o conceito de território corresponde as relações econômicas, simbólicas, culturais, políticas de uma sociedade, portanto multifacetado e gerador de identidades. O vínculo das feiras com cada território estabelecido é vital, pois além de fomentar a economia local, os feirantes são residentes das proximidades, bem como os consumidores, estabelecendo relações territoriais locais, pois território supõe processos que têm uma base simbólica, material e física a partir das relações sociais de afeto. Utilizar o conceito de território enquanto categoria da prática é perceber as relações que são inerentes ao espaço vivido, carregado de múltiplas

relações sociais e culturais na interação sociedade e natureza, onde os sujeitos compõem o próprio meio e produzem o espaço social.

Na pesquisa realizada, observamos que existe uma distribuição de tarefas organizada numa roda de conversa, logo no início da feira. Assim, para um bom funcionamento da feira é realizada uma reunião em roda com todos os expositores em que é deliberada a divisão de funções que precisam ser feitas através de rodízios, como por exemplo: recolher o seu próprio lixo, arrumar mesas e cadeiras no início e no final da feira, passar o chapéu dos músicos, recolher o valor aproximado que cada barraca vendeu etc. Os integrantes da Feira de Itaipu buscam levar cultura, artesanato e alimentos, funcionando como um ponto de encontro intercultural, onde acontece atrações culturais de música, dança, teatro, artes e demais oficinas.

Cabe enfatizar que a presença de aparatos culturais gratuitos na Região Oceânica é ínfima, em que sua grande maioria está concentrada na região do Centro de Niterói ou Praias da Baía. Portanto, usufruir de música gratuita em praça pública aos sábados, torna-se um direito ao lazer. Referente aos aparatos culturais, uma das conversas informais ouvidas na Feira de Itaipu e registrada nos trabalhos de campo foi sobre a ausência de instalação de artes plásticas, artes visuais ou esculturas na Região Oceânica. Nesta conversa, os fregueses questionavam a prioridade da Prefeitura de Niterói referente ao papel da cultura ou a sua precarização.

Dessa maneira, a Feira de Economia Solidária de Itaipu se torna um espaço de sociabilidade, em que os consumidores e frequentadores possam discutir sobre assuntos culturais e políticos da sua cidade ou da sua localidade e a partir daí, construir caminhos para a mudança social ou até para pequenas mudanças locais. Destacamos que as relações sociais de produção a partir da Feira de Economia Solidária de Itaipu rompem parcialmente com o sistema vigente, visto que não competem entre si, justamente por ser uma alternativa econômica: “Torna-se necessário ressaltar que a Economia Solidária consiste em um circuito econômico alternativo, portanto, não existe para competir e concorrer no mercado capitalista.” (MENDES; ORTIGOZA, p.30, 2019). Mesmo que esse rompimento seja considerado parcial, não significa que não merecem ser pesquisados e analisados.

Os frequentadores também são adeptos às relações sociais no processo de comercialização à uma economia diferenciada, a favor de alimentos orgânicos e sem veneno, preservando a qualidade fresca do produto e com preços menores que as grandes redes varejistas. De certa forma são consumidores conscientes que valorizam o trabalho e o produto

a ser vendido, além do qual, essas feiras são uma alternativa de escolha para consumidores urbanos que são condicionados a realizarem suas compras em supermercados convencionais voltados para um serviço genérico, dirigido a um público homogeneizado onde os interesses universais são marcados pela publicidade dos meios de comunicação de massa.

Existe, portanto, uma conexão de sociabilidade entre produtor e consumidor, retomando valores, estabelecendo relações de confiança através do contato pessoal. “Esses mercados podem contribuir para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, incluindo maior participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo, o que remete à autonomia.” (RAMBO *et al*, 2019, p.18). Essa sociabilidade estabelecida, escapa da lógica capitalista de mercado tradicional determinada, pois oferecem produtos e serviços de qualidade baseados na relação de confiança.

Esse formato fortalece os valores comunitários tanto de justiça como também o de segurança alimentar, estimulando a economia local de desenvolvimento, criando uma relação para além do sentido mercadológico entre consumidores e produtores, ou seja, supera a superficialidade economicista e ativa a emancipação social dos atores envolvidos.

A partir dessas considerações acima, podemos perceber que na Feira de Economia Solidária de Itaipu, as relações sociais de produção extrapolam a esfera econômica e atingem as categorias, culturais, sociais, simbólicas e políticas em sentido amplo. A partir do uso efetivo da rua e do espaço público enquanto possibilidade de encontro do espaço vivido, percebemos o estabelecimento de uma sociabilidade no cotidiano da feira, entre os atores envolvidos, exaltando que as relações sociais de produção não são apenas econômicas, são também sociais e produtoras do espaço urbano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente escrita buscou trazer um recorte da pesquisa em andamento. Apesar da investigação encontrar-se em desenvolvimento, procuramos ressaltar alguns dos resultados parciais obtidos até o presente momento. A partir da pesquisa exposta, compreendemos que a reprodução das relações sociais de produção, a partir da Feira de Economia Solidária de Itaipu, extrapolam os limites econômicos, atingindo os valores culturais, sociais, simbólicos e

políticos, estabelecendo laços de sociabilidade entre produtores e consumidores.

É importante considerar que os consumidores da Feira de Economia Solidária de Itaipu, são mais que fregueses; são frequentadores da feira. Muitos destes frequentadores são moradores das proximidades, portanto são estabelecidos laços territoriais de sociabilidade nessa localidade, construindo sentimentos simbólicos de afeto e pertencimento. As trocas sociais, culturais e políticas ultrapassam a lógica economicista, estabelecendo relações sociais de produção, em que o econômico e o social se complementam nesses territórios. Nesse sentido, a reprodução das relações sociais de produção permitem enxergar a produção social do espaço não apenas como fragmentos de análise, mas sim, uma totalidade aberta.

Assim, a economia solidária enquanto política pública do município de Niterói objetiva contribuir para o “desenvolvimento solidário e social, de forma justa e sustentável.” (Niterói, 2020). Antes da aprovação desta lei, a economia solidária já existia e era atuante porém, com esta institucionalização, pôde obter um suporte legal e a apropriada destinação de recursos públicos para fomentar ações, cursos de formação, qualificação profissional, assistência técnica, ampliação da inclusão social a partir do desenvolvimento local, etc. É a materialização do trabalho do poder público junto com a sociedade civil, um avanço politicamente organizativo. A economia solidária seria portanto, um processo para a mudança de sociedade, e não uma versão final em si.

5. REFERÊNCIAS

FIOROTTI, Cíntia. Trabalho “autônomo” e identidade: as vendedoras de produtos por catálogo e a organização das empresas Avon e Natura. *Tempo da Ciência*. Toledo, v.25, n.49, 2018.

FRANÇA, Bárbara et all. Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. 1ª ed. Niterói (RJ): Editora EdUFF, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

LEFEBVRE, Henri. A reprodução das relações de produção. Porto, Publicações Escorpião, 1973.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008.

MENDES, Auro Aparecido; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Economia Solidária, Práticas espaciais e territórios dissidentes em Rio Claro (SP) – Brasil. IN: A economia numa

perspectiva interdisciplinar. Luan Vinicius Bernardelli (org). - Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

OLIVEIRA, Emerson Dias de. O lugar da produção e consumo em circuitos curtos. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas –RGC – Santa Maria, RS, v.5, n.10, Jul./Dez. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, Jose. Movimentos sociales y conflicto em América latina. Bueno Aires: CLACSO, 2006.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; VON DENTZ, E. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. Revista Grifos, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. IN: Gestão Pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. Orgs, Édi Benini [et al]. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SIMÃO, Mário Pires. Dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade. Encontro dos pesquisadores e pesquisadoras de políticas de juventude. Observatório das favelas. 2014.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.